



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Guerra às Drogas e Juventude Negra: a legitimação do extermínio.

War on Drugs and Black Youth: The Legitimation of the Extermination.

Fernanda Kilduff¹

Ingrid Oliveira Varela²

Eixo Temático: Eixo 3- Tortura, privação de liberdade e violência de Estado.

Introdução

O presente trabalho propõe uma análise crítica do exercício da Necropolítica – conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe – como ferramenta de condução nas tomadas de decisões políticas do Estado voltadas à produção de criminalização e morte. A pesquisa concentrou-se na reflexão sobre a materialização da chamada “Guerra às Drogas” (GD) como mecanismo privilegiado utilizado pelo Estado brasileiro para promover o necropoder.

Sustenta-se que a denominada GD permite a materialização da Necropolítica, e, enquanto mecanismo ideológico, é capaz de dar continuidade a uma histórica criminalização de determinados segmentos sociais, oferecendo "legitimidade" para ações arbitrárias e violentas tomadas pelo poder público. Para tanto, buscou-se traçar uma relação entre a manutenção do racismo durante a passagem do modo produtivo escravista para o capitalismo e as expressões mais barbarizantes da Necropolítica vistas no decurso da operacionalização da GD, tendo em vista quais são as vidas diretamente afetadas: nossa juventude negra.

Desenvolvimento

Gonçalves (2018) destaca que, diferente de países que tiveram uma precoce adesão ao capitalismo, em que a população negra, após a abolição do regime escravista, foi considerada *classe*

¹ Assistente Social, Estudante de Pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: varelaing8@gmail.com

² Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação da mesma instituição (PPGSS-ESS-UFRJ). Email: profa.nandakil@gmail.com

laboriosa, no Brasil, à população ex-escravizada, foi imediatamente atribuído o papel de *classe perigosa*, quer dizer, considerada “um perigo para o futuro da nação”, necessitando, portanto, ser controlada pelo Estado brasileiro.

Assim, utilizando-se de teorias raciais presentes no século XIX, que propagavam a inferioridade e suposta tendência à criminalidade da população negra, a máquina estatal tratou de se munir de estratégias ideológicas que “legitimassem” suas ações arbitrárias, a fim de que fossem compreendidas como necessárias para a contenção das *classes perigosas*.

Nesse sentido, a passagem para o modo de produção capitalista não representou, de modo algum, a superação de ideais racistas que vigoravam no regime escravista, de modo inverso, houve sua retroalimentação, permitindo que a juventude negra encontrasse na nova ordem social, velhos e novos mecanismos de barragem, dificultando grandemente sua ascensão social.

Sob essa ótica, ao analisarmos o estatuto proibicionista que fundamenta a denominada “Guerra às Drogas”, percebe-se que desde sua gênese, em solo estadunidense, este esteve envolto de racismo, sendo aplicada uma seletividade punitiva (de gênero e classe) durante o processo de criminalização, que, no caso do Brasil, não foi diferente, atingindo sobremaneira a juventude negra, um dos alvos históricos do braço armado do Estado.

Considerações Finais

Uma análise crítica a respeito da maneira como a “Guerra às Drogas” vem sendo operacionalizada em nosso país nos permite identificar sua ligação histórica com o racismo estrutural. A seletividade na execução dessa política é nítida quando se enxerga quais são os corpos mais encarcerados, estigmatizados e mortos.

Dessa maneira, as implicações distintas que tal *guerra* têm produzido para determinados grupos, quando se compara aos demais, nos permite questionar se o “combate ao tráfico de drogas”, veiculado pelo Estado brasileiro como sendo o grande objetivo, é de fato o que se busca quando o que se produz, na realidade, é o extermínio, a privação de liberdade e violação de direitos da juventude pobre e negra, alvo histórico de uma barbárie pública.



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Referências Bibliográficas

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 edições, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a *questão racial* é o nó da *questão social*. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO).